

TRABALHO REPRODUTIVO E BEM COMUM: entre a luta contra a exploração e a urgência de barrar mercantilização da vida

Tainã Góis¹

Resumo

Tendo como ponto de partida a degradação do tecido social promovida pelo capitalismo, e como mote de análise as condições de produção e reprodução social vividas nos últimos anos na América Latina pela dissolução dos elementos legais de proteção social, o presente trabalho busca retomar a discussão do feminismo marxista em torno da divisão social e de gênero do trabalho, de forma a buscar um conceito de trabalho reprodutivo que transcenda uma determinação alocada no indivíduo trabalhador identificado com determinado gênero, e passe a servir de instrumento para análise das relações sociais coletivas. Analisando os trabalhos de autoras feministas marxistas, este artigo se pretende a partir da análise do trabalho reprodutivo de forma a colocar a questão da reprodução social como centro de análise das contradições sociais impostas pelo neoliberalismo, fundamentalmente neste trabalho como eixo de aprofundamento da atomização. Partindo da análise do conceito de trabalho conforme historicamente determinado, o aporte das teorias feministas marxistas apresenta um caminho de desembaraço entre o trabalho entendido ontologicamente e a sua redução, como trabalho assalariado, no sistema capitalista, em busca de instrumentos teóricos que encontre em espaços não mercantilizados potência revolucionária que auxilie na visualização de saídas para o labirinto neoliberal.

Palavras-chave: Trabalho, teoria da reprodução social, individualismo, mercantilização, bem comum.

Abstract

Taking as a starting point the degradation of the social fabric promoted by capitalism, and as a point of analysis the conditions of production and social reproduction experienced in Latin America by the dissolution of the legal elements of social protection, the present work seeks to resume the discussion of the Marxist feminism around the social and gender division of labor, in order to seek a concept of reproductive work that transcends a determination allocated to the individual worker identified with a particular gender, and to serve as an instrument for the analysis of collective social relations. Analyzing the works of feminist Marxist authors, this article intends from the analysis of reproductive work in order to place the issue of social reproduction as the center of analysis of social contradictions imposed by neoliberalism, fundamentally in this work as an axis of deepening atomization. Starting from the analysis of the concept of work as historically determined, the contribution of Marxist feminist theories presents a path of disengagement between the work understood ontologically and its reduction, as wage labor, in the capitalist system, in search of theoretical instruments that it finds in non mercantilized revolutionary power that aid in the visualization of exits to the neoliberal labyrinth.

¹ Faculdade de Direito/USP.

O labirinto neoliberal²

O capitalismo contemporâneo é desconcertante. É bom repetir essa frase, não apenas pelo expurgo do desconcerto de estarmos enxergando tão mal o futuro, mas para fincar um ponto de encontro. A primeira tarefa de Ariadne é reconhecer não só as paredes do labirinto senão também a intensão da construção de fazer perder a orientação aos caminantes.

À observação individual, necessariamente feita de dentro do sistema, mostra-se a reestruturação do capital, sob alcunha de neoliberalismo, como multiplicação de rotas tão diversificadas, e um aumento tal da velocidade, que o solitário observador logo julga não ter capacidade de abarcar todo o esplendor da modernização. Ainda menos com seu limitado aparelho, um anacrônico corpo humano, feito de matéria antiquada por esse já tão ultrapassado conceito mãe natureza.

Essa “nova sociedade”, cuja economia se organiza em rede, a cultura em torno da autenticidade, onde existe a possibilidade de personalização ilimitada da mercadoria às necessidades do consumidor-cidadão, e as instituições sociais são líquidas ao ponto de moldáveis aos desejos individuais de cada um dos sete bilhões de habitantes do planeta, produz uma falácia um tanto quanto perigosa.

Estamos distantes de uma sociedade que desenvolve a capacidade de promover o bem comum por meio do suprimento das necessidades e dos desejos mais íntimos de seus membros. A contabilidade da realidade comprova que estamos, na verdade, em meio a um processo de desenvolvimento desordenado, que subjuga tudo que é humano à reprodução do capital, promovendo o que Meszàros (2011) conceitua o *sociometabolismo suicida do capital*.

A degradação irreversível do meio ambiente, a ponto de agudizar catástrofes naturais e colocar em risco a reprodução humana, que assola Mariana, Brumadinho, Moçambique, promoção de adoecimento físico e mental em massa, acirramento de conflitos armados, aumento da violência contra mulheres, transgêneros, negras e negros, intolerância à diversidade sexual e religiosa, são exemplos reais da deterioração das relações sociais e da humanidade com a natureza. A intensificação desses processos nos encaminha a um beco sem saída em que, ou

² A utilização do mito do minotauro para explicar as crises do neoliberalismo tem sido recorrente, citando a exemplo o ventilado livro *O Minotauro Global*, do ex-Ministro das Finanças grego, Yanis Varoufakis, lançado em 2016 no Brasil.

bem reconhecemos a necessidade de um plano de resgate da humanidade, ou bem seremos engolidos por esse monstro movido por racionalidade bestial.

Tratamos aqui de um desenvolvimento desregulado que tem nos atirado para longe de qualquer patamar de civilidade que nos pudesse ter sido prometido. Importante sublinhar, entretanto, que a desagregação e a desumanização não são efeitos colaterais de um projeto de civilizatório acelerado pela virtualização e pela técnica, senão meios de viabilizar o projeto neoliberal que, como arma contra a pressão da classe trabalhadora organizada que ameaça as taxas de lucro, visa fragmentá-la e impedir a elevação de uma consciência coletiva para resistência.

O interesse do Minotauro é reproduzir o capital. Para tanto, está disposto até mesmo a colocar em risco a reprodução da humanidade. Jogando a humanidade num labirinto, se alguma franja social lograr chegar a combater o cerne do problema, chegará sozinha e sem força. Todo interesse em aprazer o indivíduo e seus desejos não é mais que a necessidade do capital de manter as e os trabalhadores cada vez mais atomizados, ilhados em uma suposta rede, mas que nada mais faz que mantê-los apartados em benefício do capital na luta de classes.

No Brasil, o avanço neoliberal corrói direitos e ameaça a resistência. O golpe de 2016 contra a presidenta democraticamente eleita, sem crime de responsabilidade, a Contra-Reforma Trabalhista de 2017, a eleição de um núcleo ascendente da direita autoritária, os avanços no projeto de Reforma da Previdência, são ameaças a todas as pessoas que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, imediatamente, e a sociedade como um todo, mediatamente.

A precarização do trabalho, a amplitude da terceirização, o desmonte da proteção trabalhista, o desemprego face ao exorbitante lucro das instituições financeiras, e vergonhosa performance do poder público no campo dos direitos humanos agravam ainda mais a incompletude do projeto colocado pela Constituição de 1988, que vinha sendo consolidado já com bastante preguiça nos últimos anos. Costurando o terror, os ideólogos da direita nos ofendem com argumentos mais velhos que a Revolução de 30.

No campo da teoria, a perigosa importação de teses que advogam pela perda da centralidade do trabalho, ou que simplesmente o ignoram, são, como grande parte das modernizações as quais somos submetidos, um grande retrocesso a períodos do pensamento anteriores ao século XIX. O que para nós é especialmente perigoso, já que precisam dar um passo a mais que o capitalismo central para compreender sua posição econômica no globo, e não um a menos.

Do outro lado dessa moeda o problema também parece se manifestar, tendo em vista a explosão de movimentos identitários que muitas vezes ficam distantes de uma perspectiva de

real enfrentamento com o capital. Seja por profundas contradições internas, seja pela dificuldade do movimento tradicional dos trabalhadores absorver o que vem emergindo.

É preciso, porém, um olhar generoso para enxergar atrás da cortina de fumaça – ou enxergar o potencial destrutivo do fogo que a produz. As últimas décadas tem sido interessantes para a periferia do capitalismo. A ascensão de governos de esquerda, trazendo o aprofundamento de políticas redistributivas, o programa do novo constitucionalismo (nossa bela contribuição para a modernização), a ampliação da aglutinação em torno das pautas feministas e LGBT, uma ampla discussão sobre os condicionamentos de nossas raízes escravocratas, a explosão de protestos por direito a cidade e ocupações urbanas e as greves na América Latina mostram que vivemos uma reação da direita, muito mais que um avanço conservador.

Se levadas em consideração essas experiências, seu potencial de atravancar o avanço neoliberal, e tomada a sério a oxigenada produção teórica por eles impulsionada, podemos vislumbrar que a dificuldade em enxergar o futuro talvez advenha de um ponto cego que dificulta a visão da totalidade. Talvez seja necessária uma reestruturação do foco, sob uma perspectiva global.

A argumentação que segue pretende aglutinar alguns dos numerosos esforços que vem sendo realizados pelo feminismo marxista, apoiado em discussões que coloca no centro do debate o que então era periférico. Sem deixar de lado a luta revolucionária a partir do trabalho, constituinte do ser humano enquanto ser social, as autoras aqui debatidas buscam traçar uma linha, um fio narrativo, que unifique de maneira orientadora nossas condições atuais à tradição marxista, sem ter que abrir mão de parte dos sujeitos históricos. Pontos cegos teóricos são perigosas armadilhas na nossa prática.

O eixo de ligação escolhido entre as obras das autoras foi a centralidade dada ao trabalho reprodutivo, a partir da compreensão que a reestruturação do capitalismo, que pariu o Minotauro neoliberal. A análise parte do pressuposto de que, surgido do enfrentamento às lutas contra exploração das décadas de 60 e 70, avança sedento sobre o trabalho reprodutivo a partir da mercantilização de novos eixos da produção humana. Como meio e consequência, passa a fragmentar a classe trabalhadora e, portanto, dificultar a resistência, colocando-a em outros patamares.

No que tange às contradições entre mudanças nas relações humanas promovidas a partir das transformações das práticas sociais e econômicas e o tensionamentos social a partir da atomização de seus componentes são profundamente analisadas por Dardot e Laval (2016). Partindo da base marxista do efeito da sociedade de mercado na dissolução das relações humanas, segue a compreensão de que o indivíduo moderno ocidental, organizado em

sociedade nos moldes do contratualismo, é necessariamente um indivíduo atomizado por seus direitos, para que apareça como liberdade do exercício da vontade a venda de sua força de trabalho no mercado.

Segundo apresentam os autores, a alienação do trabalho para obtenção de mais-valor pelo capital é estressada até consequências perigosas no neoliberalismo. De forma a aprofundar os mecanismos de exploração, os autores discorrem sobre uma incursão do capital sobre o desejo, promovendo uma “normatização subjetiva de tipo particular”, efetuada a partir de um “dispositivo de eficácia” (DARDOT e LAVAL, 2016), que viria para abarcar totalmente a suposta vontade livre que deve ser motriz do sujeito de direito.

Era preciso implantar, “por uma estratégia sem estrategistas”, os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo. Foi esse dispositivo de eficácia que forneceu à atividade econômica os “recursos humanos” necessários, foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo. (DARDOT e LAVAL, 2016, pág. 324).

Identificada essa necessidade do capital, os autores passam a determinar o que chamam *neossujeito*, determinado a partir de uma nova disciplina que busca governar sua subjetividade de forma a torna-lo unitário, totalmente envolvido em si mesmo, enquanto esse eu se identifica plenamente com a empresa capitalista.

As novas técnicas de gestão, que buscam tornar o ambiente de trabalho “mais humano”, na verdade estão buscando formas de maximizar a identificação entre o homem e a empresa, fazendo com que este aliene seu trabalho como se trabalhasse para si mesmo: a lógica do empresário de si mesmo, que tem ameaçado a coalisão da classe trabalhadora. “A idéia é que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos da excelência da empresa, entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa.” (DARDOT e LAVAL, 2016, pág. 334). Trata-se de um tensionamento ao máximo do individualismo promovido pelas relações mercantis, e todos os domínios individuais, toda a subjetividade unificada é transformada em recursos para a empresa.

Visto enquanto indivíduo único, que deve estar em pleno controle de seu corpo e suas emoções, o sujeito neoliberal é “adestrado” para se comportar como um competidor que usa seu máximo para atingir o melhor desempenho possível, assumindo sozinho a responsabilidade por eventuais fracassos. A insegurança gerada por esse quadro torna o sujeito neoliberal cada

vez mais dependente de seu empregador, uma vez que a assunção dos riscos não é correspondente à obtenção dos lucros, que vão para terceiros.

Buscam uma transformação pessoa da pessoa em todos os domínios da vida. Todos os domínios individuais se tornam recursos para a empresa, toda a subjetividade é chamada. Recolhidas todas as facetas do ser humano para a reprodução do capital, é claro que se promove um adoecimento do indivíduo e, necessariamente, da comunidade. É assim que o atual sistema coloca a responsabilidade de sobrevivência em cada pessoa individualmente – a individualização da reprodução humana colocada como moeda de troca pela reprodução do capital.

Nessa chave de análise, buscarei delimitar como o trabalho reprodutivo se mostra como categoria fundamental para análise dessas contradições aqui delimitadas – conceito fundamental para reafirmação do coletivo enquanto instrumento de transformação. Entendido, a partir da compreensão dos trabalhos analisados, como engendramento de uma forma de organização do trabalho com a subjetividade que se resume a ser executado por uma conformação especial de sujeito, a mulher, cuja psique foi determinada historicamente para isso, como determinação imposta pelo capitalismo, mas carregando uma contradição revolucionária, como uma frente à individualização nociva à organização social, sendo o trabalho promotor de coesão social por excelência.

1. Um pequeno cuidado – Breve história do trabalho reprodutivo no embrião do capitalismo industrial

O trabalho reprodutivo é aquele determinado em oposição ao conceito de trabalho produtivo. A divisão binária entre as duas formas de trabalho socialmente necessário é abstrata e historicamente determinada, tendo em vista a complementariedade orgânica, quando olhado do ponto de vista da prática social. São pares complementares. Nessa condição, é aquele que não produz imediatamente mercadorias.

O aprofundamento da distância entre as unidades do par dialético e, portanto, a necessidade de sua cunhagem teórica-metodológica, é acontecimento que data da última transformação radical do modo de produção, podendo ser o momento de inflexão captado na fase embrionária do capitalismo industrial, em seu local de principal desenvolvimento, o norte global. Para tanto, passemos brevemente pela história da Europa do início do século XIX.

A divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho já estavam presentes nas sociedades europeias pré-capitalistas. Entretanto, foi a partir da hegemonização das relações

sociais estruturadas em torno da categoria mercadoria que essa divisão passa a marcar de maneira decisiva a posição social dos sujeitos sociais que ela mesma cria. Como bem elabora Saffioti (2013, p. 53) “O modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano.”

A despeito da divisão cartesiana que estanca de um lado o trabalho que produz, deixando ao seu par a pecha de não produzir nada, a categoria social mulher³ sempre contribuiu para a produção da riqueza social. No período imediatamente pré-capitalista, foi elemento aglutinador da unidade familiar, mínima e essencial unidade de produção e reprodução econômica, conforme elaborado embrionariamente por Engels ao avaliar o desenvolvimento social europeu. Na mesma linha, mais recentemente, analisa Davis

(...) o lugar da mulher sempre tinha sido em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrava-se na casa e nas terras cultiváveis ao seu redor. Enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão, e praticamente tudo o que era necessário para a família. (DAVIS, 2016, p. 45).

Sendo a economia doméstica elemento fundamental no embate com a natureza para sobrevivência da sociedade, a categoria social mulher tinham importância social elevada. É interessante, nesse sentido, a pesquisa de GOLDMAN (2014, pág. 36), que mostra que o crescimento da indústria doméstica ao longo do século XVIII, nas comunidades do norte do globo, combinando cada vez mais manufatura e agricultura, e sendo o motor de transformações profundas na organização social, teve um grande impacto no papel da categoria social mulher. A chamada indústria doméstica enfraqueceu a autoridade patriarcal, a divisão social do trabalho por gênero, diminuiu a idade do primeiro casamento e aumentou a taxa de natalidade. Nesse período, categoria social mulher ganhou forte cidadania econômica e maior participação na política.

³ Para tentar minimizar na linguagem as condições da ideologia de dominação do feminino que aqui discutimos, e enfrentando, mesmo que timidamente, a naturalização do gênero sobre os corpos, utilizaremos todas as vezes expressão completa - categoria social mulher, referindo a condição do feminino na divisão social do trabalho, a despeito da conformação física do sujeito sobre o qual recai. Para um debate mais aprofundando, verificar Judith Butler (2015).

A reavaliação da história tradicional nesse caso é fundamental, provando que não é a biologia⁴ que submete a categoria social mulher à sociedade dos homens, mas que se trata de um movimento cíclico entre categorias sociais. No século seguinte, a inserção do sujeito mulher na vida pública e seu reconhecimento na participação econômica viria a sofrer um refluxo. O capitalismo industrial promoveu uma forte alteração na correlação de forças entre esfera econômica doméstica e esfera econômica pública, reorientando o trabalho para a produção de valor de troca.

A realocação física da produção econômica provocada pela expansão do sistema fabril foi, sem dúvida, uma transformação drástica. Contudo, ainda mais radical, foi a revalorização generalizada da produção necessária ao novo sistema econômico. Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. (DAVIS, 2016, pág. 230)

Hegemonizando as relações sociais em torno da categoria mercadoria, o capitalismo industrial aprofunda a divisão sexual do trabalho. A economia doméstica, enquanto grande produtora de valores de uso para a sociedade, passa por uma forte desvalorização. A indústria coloca em marcha a produção para a materialização do trabalho social em mercadorias cuja venda realize o lucro, primando pela produção em massa de artigos.

A contradição fundamental se coloca no fato de que a indústria doméstica tinha como função imediata a produção de bens e serviços necessários à *reprodução social*, a partir da produção de bens e serviços com valor de uso. Avesso disso, a produção industrial, que avança sobre parte do trabalho então realizado no âmbito doméstico, tem como norte a *reprodução do capital* por meio do lucro na venda de mercadorias, produzindo, para tanto, bens e serviços com valor de troca.

⁴ Saffioti (2013) faz um profundo trabalho de análise da mística feminina a partir da psicanálise, identificando a teoria freudiana como o mito fundador da vinculação biológica às características econômica e socialmente imputadas à categoria social mulher no período.

Essa transformação engendra em si uma alteração substancial na correlação de forças de entre as categorias sociais. A geradora e conseqüente apropriação privada dos meios de produção promove uma cisão grave entre o público e o privado, hierarquizados em prejuízo do segundo, por conta da desvalorização do trabalho ali realizado. A perda de importância da esfera doméstica volta a empurrar a categoria social mulher para os bolsões de apagamento da história. *Com elas, também a centralidade das necessidades humanas na orientação do trabalho social.*

É claro que não foi sem luta que a categoria social mulher deixou o palco, ou pelo menos os holofotes da história. A realocação da mão de obra feminina, então dispensada de grande parte de suas funções na divisão social do trabalho, não se deu tendo em vista nem o bem-estar social, muito menos o dessa categoria social. Das contradições e conflitos que esse momento histórico engendrou, vejamos as soluções que lhes deu a sociedade capitalista.

A despeito da ideologia do capital ser especializada em *ahistoricizar* conceitos que tiveram data para nascer, a *mística feminina* só passa a determinar a visão social da categoria social mulher a partir do século XIX. A construção de uma subjetividade feminina enquanto um ser frágil e determinado biologicamente a tarefas secundárias na sociedade, longe de ser tradição da moralidade, como já mostramos, surge como uma nova moral para dar conta de importantes necessidades do capital.

Para além de um aprofundamento da divisão sexual do trabalho, cinde-os irreconciliavelmente, já que um domina o outro, pela hierarquização entre masculino e feminino. Ao promover o rebaixamento do valor da categoria social mulher, desenvolvendo em torno deste uma ideologia de gênero que o inferioriza a partir da desvalorização de seu trabalho, tudo o que pende para o prato da balança do *feminino* é desvalorizado – como se a mulher e a reprodução não fossem mais necessárias para esse novo modo de produção, como se o privado, o doméstico, o orgânico, o sentimento, o corpo, fossem meros apêndices arrastados pelo desenvolvimento tecnológico do meio produtivo.

Disso também decorre a possibilidade dos avanços das forças produtivas, sob a égide do capital, servirem como forma de cindir a classe trabalhadora, aqui entre as categorias homem e mulher. Com a explosão do mercado de trabalho fabril e a dispensa de algumas tarefas domésticas, a saída da categoria social mulher do ambiente doméstico para o trabalho produtivo:

[...] provocou tremendo desespero e confusão em todos os ofícios, já que virara o mundo dos trabalhadores do avesso. Homens e mulheres competiam

ferozmente por trabalho à medida em que as mulheres substituíam os homens por salários mais baixos. [...] À medida em que os salários caíam, até mesmo as mulheres com maridos empregados se viam forçadas a encontrar trabalho. Os homens começaram a se organizar contra as mulheres e a levantar a demanda por um salário familiar. Suas reações, futuramente denominadas “torysmo sexual” ou “antifeminismo proletário”, consideravam o ingresso da mulher na força de trabalho uma “inversão da ordem da natureza. (GOLDMAN, 2014. pág. 47)

Esse fenômeno nos mostra que a misoginia que marca o modo de produção no qual vivemos não ter fundamentos meramente culturais e não se pauta apenas na tradição de formas de civilização anteriores. O alheamento da categoria social mulher tem fundamentos profundamente enraizados na estruturação econômica. Segundo Saffioti (2014, p.66), ao promover a divisão da sociedade em classes sociais, essas tradições são utilizadas para justificá-la enquanto natural e, portanto, não passível de mudança. “Assim é que o sexo passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição de classes sociais.” (SAFFIOTI, 2014, p. 66). Também Davis

uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa da inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que ‘o lugar da mulher é em casa’. (DAVIS, 2016, p. 45)

Assim, uma nova conformação ideológica do que é a categoria social mulher e uma nova organização do trabalho se engendram para reafirmar o modo de produção capitalista – submetendo a classe trabalhadora a burguesia, e bloqueando a coesão orgânica dessa classe contra a lógica do lucro.

Na prática, a desvalorização do trabalho feminino a partir da marca de gênero reverbera por toda a classe trabalhadora. Ao reduzir o valor do trabalho da categoria social mulher a partir da mística feminina, o que significa subvalorizar uma parcela do trabalho socialmente necessário, é reduzido o valor da hora de trabalho como um todo. Assim, não só o trabalhador é obrigado a trabalhar mais do que o tempo necessário para repor sua força de trabalho, como a quantificação do tempo necessário para repor essa força de trabalho é subestimada.

Essa contradição, não superada pela ausência da desmistificação do trabalho feminino, gerou conflitos internos a própria classe trabalhadora, contrapondo trabalhadores e

trabalhadoras, ao invés de gerar energia para o combate ao capital. A desvalorização da categoria social mulher, servindo como cortina de fumaça contra a compreensão da importância do trabalho reprodutivo ao capital enquanto gerador de lucro, assim como amortecedor de suas condições nefastas, impede a visão da importância do que ficou do lado do feminino na ruptura entre a unidade do trabalho, assim como de seu potencial subversivo.

De imediato, não enxergar essa condição torna mais difícil a absorção política da reestruturação neoliberal.

2 A centralidade do trabalho reprodutivo: novos sujeitos fazendo história

Mesmo nas críticas mais dedicadas à sociedade burguesa, a invisibilidade da condicionante de gênero, parte fundamental da ideologia do capital detalhadamente formulada no decorrer da revolução industrial, segue fazendo pontos cegos nas teorias. O trabalho reprodutivo segue como marginal.

Heidi Hartmann, em artigo denominado *O infeliz casamento entre o marxismo e o feminismo*⁵ argumenta que, a despeito da qualidade da crítica marxista, ela é “*sex-blind*”, ou seja, seus conceitos são cegos para as questões de gênero. A metáfora utilizada pela autora busca ilustrar a aproximação fracassada entre o marxismo e o feminismo a partir da lógica do casamento descrita na *common law*: “marxismo e feminismo são uma coisa só... e essa coisa é o marxismo - marido e mulher são uma coisa só... e essa coisa é o marido” (HARTMANN, 1981). A ideia é reforçar que sempre que a questão da união é levantada, a especificidade da opressão da categoria social mulher é reduzida, se subordinando a exploração de classe.

Não foi a única feminista a explicitar esse ponto cego. A posição, entretanto, foi criticada por algumas feministas, dentre elas, Saffioti (2011), que afirmou se tratar de um problema de quase tudo produzido nos marcos do método científico. Advoga não ser um problema específico do marxismo a organização em torno de um sujeito supostamente universal, porém correspondente às especificidades da categoria social homem. Ademais, apontar uma crítica não deve servir a invalidar toda uma teoria, já que uma ausência não desmonta toda e elaboração.

Em busca de compreender a raiz da generalização do sujeito masculino, que permeia as ciências humanas, Federici (2012) busca encontrar os motivos e as consequências que

⁵ The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union, escrito por Heidi Hartmann, em

promoveram a condição *sex-blind* da análise marxista, de maneira a qualificar a aplicação do método dialético marxista.

Apresenta dois núcleos de crítica à teoria marxista clássica: primeiro, sua *incapacidade conceber o trabalho de produção de valor que não seja na forma de produção de mercadorias*. Segundo, ao não enxergar o significado do trabalho reprodutivo não pago no processo da acumulação capitalista, fica limitada sua compreensão da verdadeira extensão da exploração capitalista e da *função do salário na criação de cisões na classe trabalhadora*, começando pela relação entre mulheres e homens. Em suas palavras:

tivesse Marx reconhecido que o capitalismo conta com a imensa quantidade de mão de obra doméstica não remunerada para a reprodução da mão-de-obra e a desvalorização dessas atividades reprodutivas para reduzir o custo da força de trabalho; talvez ele tivesse menos inclinado a considerar o desenvolvimento capitalista tão inevitável e progressivo. (FEDERICI, 2012, pág. 92)

2.1 Função do salário na criação de cisões na classe trabalhadora

Uma das bandeiras da linha argumentativa de Federici (2012) é se contrapor a previsão do marxismo de que as relações sociais de produção capitalista gerariam como contradição a cooperação profunda entre os trabalhadores, de forma a gerar coesão e possibilitar a organização revolucionária da classe trabalhadora. Afirma que, nos marcos atuais, o capitalismo neoliberal tem servido muito mais para *acirrar desmedidamente a competitividade entre eles, fundamentalmente pela diferença salarial e pela hierarquia laboral, engendradas a partir da mistificação de marcadores sociais de raça, gênero e origem*.

Não à toa, desde meados do século passado, o combate ao capitalismo não teve seu núcleo de resistência único nos movimentos organizados tradicionais de trabalhadores. Na verdade, teve forte expressão entre organizações de luta contra o racismo, o colonialismo, o machismo, o genocídio indígena, o apartheid, além de aglutinar diversas lutas em torno de pautas como direito a terras, água, cidade, movimentações essas que muitas vezes se chocaram ou tiveram muito distantes das reivindicações tradicionais sindicais.

De forma a estofar essa afirmação, que vem sido propagada a partir de impressões da realidade, vem o precioso estudo de Beverly Silver (2005) que, a partir de uma extensa base de dados das movimentações ao redor do mundo, abarcando nada menos que 91.947 menções a

protestos de trabalhadores, numa amplitude geográfica de 168 países, no espaço temporal de 126 anos, analisa as tendências e a evolução da luta de classes.

A autora constatou a existência de um movimento pendular entre a luta por meio de greves e a luta por estratégias próprias de grupos sociais contra a opressão e destruição de seus meios de vida. Segundo extrai a autora, o movimento de avanço e retrocesso da classe trabalhadora não se dá de maneira linear, como se sobre um cabo de guerra, com os mesmos atores eternamente fixados a cada uma das pontas, apenas deslocando a positivação de direitos enquanto fiel da corda para um ou outro lado. Ao contrário, a autora afirma que existe uma movimentação mais complexa e, mesmo em cada um dos lados da corda, constata o que chama de movimento pendular, a partir de uma alteração de atores e, portanto, de interesses geradores ou prioritários.

Esse pêndulo oscilaria da seguinte forma: a intensificação da exploração capitalista tende a fortalecer a organização tradicional de trabalhadores contra o patronato (e a depender da conformação do país, o Estado), o que faz com que sejam feitas concessões trabalhistas, empurrando o capital para crises de lucratividade. Na volta, os esforços do capital para retomada das taxas de lucro forçam a uma intensificação da mercantilização do trabalho, pressionando outros componentes da classe trabalhadora, cujo papel ainda não era totalmente definido pelo trabalho assalariado, gerando lutas a partir de novos atores sociais, tendo em vista a crise de legitimidade instaurada.

Essa alternância gera uma tendência à oscilação periódica entre fases históricas caracterizadas pelo movimento em direção à desmercadorização do trabalho, e pelo estabelecimento de novos pactos sociais, e fases caracterizadas pela remercadorização do trabalho e rompimento de antigos pactos sociais (SILVER, 2004, pág. 35)

Aplicando o modelo ao concreto, afirma que, a partir da década de 70, o movimento de globalização do consumo em massa perpetrado pelos EUA encontrou forte obstáculo nos direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores, e passou a avançar por sobre outros componentes da economia. “A explosão dessa contradição nos anos 1970 gerou o contexto no qual se daria uma nova oscilação do pêndulo em direção aos mercados globais auto-regulados (a fase atual da globalização) (SILVER, 2004, pág. 36).

É essa a linha da teoria feminista da década de 70, seguindo o trajeto indicado pelas críticas do terceiro mundo à economia política marxista tradicional, que inaugurara a ideia de

que o capitalismo não é necessariamente embasado em trabalho pago, trabalho contratual, havendo ainda ilhas de ausência de trabalho assalariado que tanto servem para reprodução mediada do capital, quanto para incursão de novos ciclos de acumulação. Dessa forma, quando da dificuldade em extrair lucro de componentes da produção cujo trabalho seja fortemente organizado e regulamentado, tem outros campos sobre os quais avançar.

Uma dessas incursões se manifesta na pressão exercida pelo neoliberalismo sobre o trabalho reprodutivo, de forma a mercantilizar em massa a atividade por meio da privatização de bens comuns (água, luz, energia) e pela expansão da indústria de serviços. Além dessa primeira determinante, esse processo também tem que ser analisado com um recorte entre as condicionantes dos capitalismo globais.

Segundo Federici (2011), a desterritorialização do capital e a financeirização da economia criaram condições para que a acumulação primitiva se tornasse um processo permanente, por meio de um movimento quase imediato do capital ao redor do globo, quebrando facilmente as historicamente conquistadas limitações dos trabalhadores a exploração do capital.

É assim que a entrada massiva de mulheres, especialmente no norte, no mercado de trabalho, do ponto de vista do emprego assalariado, e a recusa à disciplina da esposa – gerando quedas da taxa de natalidade, aumento da taxa de escolarização feminina, reorganiza o mercado da indústria de serviços, o setor econômico dominante do ponto de vista da empregabilidade.

Já no sul, a privatização dos bens comuns e a destruição de modos de vida nos bolsões economia autorregulada geraram uma grande transferência de mão de obra feminina, muitas vezes imigrante, mas em todos os casos precarizada, nos posto de trabalho mais desregulamentados da emergente indústria de serviços.

É nesse processo que dois bilhões de pessoas são adicionadas ao mercado de trabalho, em postos extremamente precarizados, reduzindo drasticamente o valor da venda da força de trabalho, mas demonstrando na prática a falácia da teoria que afirma que, por meio de automação, o capitalismo não demandaria mais trabalho vivo.

Por fim, a redução do investimento estatal na reprodução da força de trabalho, por meio principalmente do desmonte do *welfare state*,

como os subsídios à saúde, educação, pensões e transporte público foram cortados, tendo em vista o alto custo colocado sobre eles, os trabalhadores foram forçados a assumir o custo de sua reprodução, e toda articulação em

torno da força de trabalho reprodutiva se torna ponto de acumulação.
(FEDERICI, 2011, pág. 118)

Assim, chega ao ápice mais um ciclo de mercantilização do trabalho reprodutivo pelo avanço do capital sobre as relações de reprodução social. Encontrando forte resistência nos movimentos sociais contra a transformação de todos os âmbitos da vida em mercadoria, tendo em vista a entrada em cena da questão da categoria social mulher, reverberando no sul com a necessidade de mercantilização de bolsões até então autorregulados, a crise de legitimidade, nos termos de Silver, retorna sua marcha.

A partir dos dados que colhe, referente às convulsões sociais contrárias à essa incursão, Silver (2004) demonstra que a disputa pela definição de direitos passa então a não se restringir ao conteúdo, mas também pelo tipo e quantidade de trabalhadores com acesso a esses direitos.

Porém, Marx estava errado ao concluir que, só porque os capitalistas tratam seus trabalhadores como intercambiáveis, *os próprios trabalhadores* abririam mão de todas as suas bases identitárias, exceto a de classe. De fato, exatamente porque o permanente fazer e desfazer das classes trabalhadoras gera deslocamentos e pressões competitivas sobre os trabalhadores, existe também uma tendência endêmica de estes delimitarem fronteiras que não das de classe como base pare pedir proteção em tempos de instabilidade. (SILVER, 2004, pág. 37)

A disputa por quem manterá um patamar civilizado de direitos e quem terá duas condições de vida profundamente degradadas se coloca em diversos níveis.

Se nos países centrais é possível manter mínimas condições de trabalho, sem grandes retrocessos, isso se dá às custas dos demais espaços do globo a precarização e o desmonte de programas de proteção social é a ordem: ou pela contratação de imigrantes com condições de trabalho precárias, ou por meio de reformas destrutivas aos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Ademais, no seio das classes trabalhadoras dos países periféricos também as clivagens de gênero e raça passam a ser marcadores de exclusão. Em alguns momentos, essa contradição reverbera para a interseção entre organizações tradicionais dos trabalhadores e os movimentos contra a mercantilização da vida, gerando uma quebra interna a própria classe trabalhadora local.

2.2 Nem todo trabalho é mercadoria: a luta contra a mercantilização da vida

Em segunda linha argumentativa, Federici (2011) sugere que uma crença demasiada na racionalidade produtiva do sistema do capital impediu o marxismo enxergar com maior nitidez a função essencial do trabalho reprodutivo. Uma visão de que a revolução tecnológica, que acredita que o alto padrão de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide da produção capitalista promoverá condições materiais para emancipação de toda humanidade, *empurra por debaixo do tapete a aceitação do critério capitalista do que consiste no trabalho*.

A conduta *sex-blind* se coloca no momento em que aceita, pela mistificação de marcadores sociais, enxergar a atividade reprodutiva como um avesso da atividade produtiva, e portanto medida pelo valor das mercadorias que consome - que por sua vez são medidas pelo trabalho socialmente necessário para sua produção.

[Marx] mesmo quando trata da reprodução, de maneira extremamente breve, fala isso da perspectiva masculina, o homem como promotor da subsistência de sua família, e não diz nada sobre o trabalho doméstico, a reprodução feminina, a sexualidade – e quando fala da reprodução humana, trata a questão como algo absolutamente biológico. (FEDERICI, 2011, 120)

E eis aí a importância tática do estudo da reprodução do trabalho como categoria distinta da produção. Apesar de tratar-se de uma divisão mecanicista a manutenção de uma distância entre as duas, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas essa diferenciação tem alto potencial disruptivo. Isso porque o trabalho reprodutivo não se distingue do produtivo por *não produzir*, senão por produzir um tipo de *mercadoria* muito peculiar, cuja constituição depende da incorporação de características essencialmente *não reificáveis*.

De acordo com Federici (2011), a produção de novos seres humanos é em grande parte irredutível à mecanização, requerendo um alto grau de interação humana e satisfação de um emaranhado complexo de necessidades tanto físicas quanto emocionais. O trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, é um intenso processo de garantir conforto físico e emocional, demandando alto grau de envolvimento humano. Nenhuma dessas atividades é puramente material ou imaterial, nem podem ser repartidas em pequenos procedimentos a serem adaptados à capacidade da máquina, ou substituídos pelo fluxo de comunicação virtual.

A autora afirma que o trabalho doméstico, enquanto forma específica de reprodução da força de trabalho, não era expressiva na classe trabalhadora industrial inglesa. A potente descrição de Marx da jornada de trabalho do operário do século XIX apresentava uma classe trabalhadora com baixa capacidade de se reproduzir, com baixa expectativa de vida e morte

precoce por excesso de trabalho. Essas condições urgentes suplantavam a compreensão dos desdobramentos do aumento da importância do trabalho reprodutivo.

Apesar de na primeira fase de desenvolvimento do capitalismo, e especialmente no período mercantilista, o trabalho reprodutivo estivesse formalmente subsumido à acumulação capitalista, foi apenas no final do século XIX que o trabalho doméstico emergiu como reprodução da força de trabalho industrial, organizada pelo capital para o capital, de acordo com as necessidades dos fatores de produção. (FEDERICI, 2012, pág. 94)

Entretanto, isso não é uma escusa para os analistas que se valem do método materialista histórico na contemporaneidade. Em meados da década de 70, quando da reestruturação do capitalismo a partir do paradigma do neoliberalismo, muitas feministas do norte viram a crise do capitalismo como uma resposta não apenas às batalhas nas fábricas, mas também pela refusa das mulheres ao trabalho invisibilizado nas casas, assim como o aumento da resistência organizada das novas gerações nos continentes não europeus, africanas, asiáticas e latinas, aos legados do colonialismo.

É por isso que Silvia Federici (2012) faz uma defesa do trabalho reprodutivo como produtor de força de trabalho. Como no capitalismo o trabalho não é livre, mas subsumido às necessidades da produção capitalista, também o é a reprodução – porém, de maneira diferente a produção, facilmente adaptada à racionalidade capitalista, o produto do trabalho reprodutivo guarda especificidades revolucionárias – é humano! Sublimar essa interseção, para a autora, significa explorar a contradição inerente ao trabalho reprodutivo.

Na medida em que a força de trabalho só pode existir num indivíduo vivo, sua reprodução deve ser simultaneamente a produção e a valorização de qualidades humanas desejáveis, e também a acomodação aos padrões determinados pelo mercado capitalista. Assim como é difícil diferenciar a força de trabalho do indivíduo vivo, também é difícil determinar uma linha entre ambos os aspectos do trabalho reprodutivo.

A qualidade do ser humano enquanto força de trabalho é sua qualidade humana, mas essa humanidade é muito mais do que o esquema reprodutivo do capital necessita, é seu contrário. Sua pulsão de vida, a necessidade de inovar e o desejo por apropriação do próprio trabalho são qualidades que não devem ser estimuladas pela reprodução capitalista, a despeito da reprodução do ser homem, sua constituição enquanto ser social e, portanto, trabalhador, demandar isso.

Um exemplo: a competitividade, explorada pelo capitalismo como qualidade, levada às últimas consequências, matando seu avesso, a cooperação, geraria o extermínio da sociedade. Enquanto o trabalho reprodutivo tenha que explorar tanto uma quanto outra condição na formação do ser social no capitalismo, sua contradição estará latente: ao mesmo tempo em que forma sujeitos sociais capitalistas, precisa lutar contra a mercantilização dessa vida, simplesmente para que haja vida.

A questão que foi obnubilada pela crença desmedida no progresso científico é que a vida não é interessante ao capital senão enquanto força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital não é neutra, a tecnologia não é instrumento neutra, desprovido de vetor: tendo como norte a reprodução do capital, sua potencialidade é desenvolvida abrindo mão da vida para gerar lucro. Porém, como para produção capitalista é necessária a reprodução da vida, essa é a forma de trabalho que, engendrada irremediavelmente ao sistema, a execução guarda essencialmente a semente anticapitalista. O que o trabalho reprodutivo lembra é que a força de trabalho não existe sem a vida.

É nesse sentido, por exemplo, que Davis (2016) se coloca contrária à reivindicação de salários para mulheres ocupadas no trabalho reprodutivo da família, segundo reivindicado fundamentalmente por ativistas do Congresso do México, lançando o Movimento pela Remuneração das Tarefas Domésticas, e teóricas como Dalla Costa (1973) e Margaret Benston (1969).

Davis lança mão da situação do trabalho doméstico no *apartheid* africano, quando a vida doméstica passou a ser vista como um foco de resistência a destruição da identidade negra pelo regime segregacionista. A coesão social promovida pelo trabalho das mulheres negras e o aumento populacional eram entendidos como nocivos aos brancos e à economia de exploração do trabalho negro.

Esta é, sem dúvida, a razão pela qual números elevados de mulheres com permissão de residência nas áreas brancas são levados a viver em albergues exclusivamente femininos. Tanto mulheres casadas quanto solteiras acabam morando nesses locais. Neles, a vida familiar é proibida com rigor – marido e esposa não podem visitar um ao outro, e nem a mãe nem o pai podem receber visitas de suas crianças. [...] Assim, o capitalismo sul africano demonstra de modo flagrante o quanto a economia capitalista é totalmente dependente do trabalho doméstico. (DAVIS, 2016, pág. 237)

Afirma, assim, que a saída para a questão da opressão da mulher no campo do trabalho, e conseqüentemente sua emancipação enquanto sujeito social, não se resume ao recebimento de salários por suas atividades, tendo em vista isso não reduzir a desimportância social de sua colocação, nem servir para elevar as condições de vida da classe trabalhadora. A superação dessa condição “pressupõe colocar um fim no domínio do desejo do lucro sobre a economia” (DAVIS, 2016, pág. 244), ou seja, desmercantilizar o trabalho como um todo, e não transformar o trabalho reprodutivo em trabalho assalariado e, portanto, mercadoria.

3. O fio de Ariadne

Se o capitalismo ainda não logrou atingir a barbárie, é porque a classe trabalhadora organizada conseguiu impor-lhe limites e colocar freios às suas pulsões destrutivas. Não devemos, de maneira alguma, entender que as conquistas da classe trabalhadora, por mais contraditórias que pareçam, não sejam vitórias – algumas avançam para a classe, outras garantem a vida, ambas de mesma importância. É nesse sentido que devemos entender toda ofensiva do capital como uma contraofensiva aos avanços da classe trabalhadora. Conservador, o capital não se move se não por pressão da única classe revolucionária.

Em sua fúnebre marcha pelo retrocesso, entretanto, o capital encontra meios de se modernizar e reabsorver os elementos subversivos que suas próprias contradições geram. Se propaga uma ideologia de preconceitos, é porque lucra com a disputa interna da classe. Sua atividade, porém, é irrestrita: absorve todo tipo de discurso e abarca qualquer atividade, se conseguir submetê-la à sua *lógica de reprodução* e destruição de tudo que é humano. Oscilando entre a intensificação da exploração do trabalho para extração de mais valor, e a mercantilização da vida para acumulação, o labirinto que cria não é fácil de mapear.

O primeiro passo parece ser aceitar que a história não caminha de maneira linear, senão se nos apresenta como um labirinto, cujo centro hoje é dominado pelo monstro neoliberal. Ariadne vence o Minotauro não por traçar um caminho seu por dentro do labirinto, mas ao marcando os caminhos que lhe são dados por meio de um só fio, maleável aos desdobramentos, porém uno. Trazida aqui como a potência da categoria social mulher, busca trazer ao complexo jogo da luta de classes potências até então subutilizadas de coesão social.

A teoria feminista aqui discutida traz à tona algumas questões que são facilmente deixadas de lado em momentos de crise. Os novos experimentos em organização tem entendido que, para falar da resistência anticapitalista do século XXI, se faz necessário repensar a questão do trabalho reprodutivo enquanto campo de resistência. O avanço tecnológico e a reestruturação

da produção permitem uma visão privilegiada da condição da reprodução. É dado histórico que o capital enxergou essa con(tra)dição e avança com dentes arreganhados sobre.

Como fazer a defesa dessa parcela do trabalho social é nosso campo de batalha. Considerá-lo trabalho improdutivo é não enxergar a realidade, com as vistas empoeiradas pela ideologia moral do século XIX. O trabalho reprodutivo produz apenas a mercadoria mais importante para o capitalismo, a força de trabalho (BHATTACHARYA, 2017).

Por outro lado, considerar que a liberdade das mulheres será conquistada por meio da mecanização de tais serviços, ou por meio do pagamento de salários para “donas de casa” significa mais uma vez cair na ideologia do capitalismo. O entendimento de que toda forma de trabalho pode ser abstratizada, repartida, e subsumida à forma do trabalho produtivo de mercadorias, é a mesma que permite o neoliberalismo avançar a mercantilização das ilhas de auto-gestão. A tese da perda da centralidade do trabalho muito se vale dessa saída simples que advoga pelo impressionismo do fim da necessidade do trabalho vivo (BHATTACHARYA, 2017).

A questão fundamental é retomar a compreensão de que o trabalho é fundador do ser humano enquanto ser social, a fundação ontológica do conceito que determina sua união entre produção e reprodução, carregando um valor muito distinto daquele trabalho produtivo no capitalismo. O trabalho doméstico e o trabalho de cuidados, componentes do trabalho reprodutivo, se colocam aqui como potência orientadora de Ariadne, na forma de trabalho que se engendra exatamente como novelo que conecta os fios apartados das linhas do trabalho produtivo: é o trabalho que mantém a coesão social por excelência e, portanto, a coesão da classe.

A bem da verdade, própria formação da resistência organizada contra o capital demanda salvaguardar esse importante eixo de resistência. Um retorno ao básico, ao primordial, parece ser a grande modernidade.

Do tamanho da importância de resguardar os direitos dos trabalhadores, é resguardar a condição não mercantilizada dos trabalhos reprodutivos. Não nos basta uma legislação protetiva às condições de exploração, senão também uma comunidade que se reproduza de maneira saudável para manejar política e conscientemente seus direitos. Por isso o bem comum não será alcançado pela transformação da reprodução na racionalidade da produção, mas no equilíbrio entre ambas, o que significa atualmente a revalorização do trabalho enquanto social, enquanto gerador de vida.

Assegurar os direitos dos trabalhadores significa também reestruturar o que se entende por trabalho, e avançar na proteção para a função reprodutiva a partir de suas próprias categorias.

Não basta garantia de inclusão da mulher no mercado de trabalho, se faz necessária a *socialização das tarefas privadas*, alçadas a importância coletiva que tem as tarefas produtivas.

O trabalho reprodutivo não pode mais ser tratado como atividade marginal, familiar, doméstica. Ou passa a ser compreendido e disputado como parte fundamental do *trabalho social*, ou se tornará um sem número de postos de trabalho precários e esvaziado de vida. Essa disputa, apesar de parecer utópica, é um importante eixo contra o perigoso esgarçamento social que ameaça as próprias bases da nossa resistência.

A incursão do neoliberalismo sobre a subjetividade coletiva é um dos polos da reestruturação que vem promovendo, focada principalmente em retomar as formas de acumulação, mercantilizando aspectos até então não inteiramente imersos na lógica capitalista, quer no interior do indivíduo quer no interior da sociedade. Trata-se, como já dissemos, de uma intensificação da forma de obtenção do mais valor que vem ressaltado aspectos do capitalismo que até então não estavam no centro do debate.

Silvia Federici (2011) conta como a partir da década de 90 o debate de bens comuns retoma a roda política. Na boca de representantes do Banco Mundial e das Nações Unidas, se tornou um jargão *a necessidade de preservação dos bens comuns*, insinuando que os países subdesenvolvidos, *ricos por natureza*, não tinham responsabilidade com suas reservas de vida comum.

Observando o avanço do neoliberalismo sobre os bens comuns, dismantelandos vidas organizadas em torno do comum, Federici levanta esse grande tapete sob o qual ficou escondida a vida comunitária: que o colonialismo não destruiu as sociedades comunitária, eles ainda existem e sustentam grande parte do mundo. O que o colonialismo fez foi espalhar a ideia de que é impossível um regime comum, para concentrar o poder na mão de poucos. É esse processo que chega em seu ápice na construção do *neosujeito*.

A compreensão de que a troca entre força de trabalho e dinheiro no capitalismo mantém uma maquiagem de justiça por meio do pagamento de salários, explorando a mão de obra ao não reverter em pagamento todo o valor produzido pelo trabalho que compra, foi fundamental para desmontar a farsa da liberdade do indivíduo e igualdade de oportunidade do capitalismo. Entretanto, isso não é a condição da totalidade dos seres explorados pelo capitalismo.

O ressurgimento do debate quanto aos *bens comuns* a partir do território livre proporcionado pela internet e por outros avanços tecnológicos trazem de volta à tona um mal antigo, que foi enterrado conjuntamente às formas de vida não reduzidas ao mercado e ao lucro. De forma a reparar a construção de história, Federici traz a reflexão de que formas de vida

comunitária foram submetidas ao capitalismo, transformadas em trabalho não pago sob a fórmula da naturalização de certas hierarquias e marcadores sociais.

É o que acontece com o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, como exploramos anteriormente. Assim como nem todo trabalhador pode ser identificado enquanto trabalhador assalariado, o homem médio europeu, a incursão sobre a subjetividade do trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que produz o *neosujeito* e é uma forte ameaça a coesão do tecido social, promove a contradição da fortificação de espaços organizados em torno dos bens comuns. Dessa forma, não só a emergem novos espaços, como a internet, mas também é redobrada a importância de formas de vida que ainda não haviam sido totalmente mercantilizadas.

Frente à essa conjuntura com a qual temos que lidar dentro e fora das organizações, Silvia Federici propõe, na esteira dos estudos de Mies, a ideia de uma economia feminista do bem comum. Responsáveis, desde a grande cisão entre produtivo e reprodutivo, pelos trabalhos relacionados à manutenção da comunidade, são mais sensíveis ao desmantelamento dos bens comuns.

Neste contexto, uma perspectiva feminista é fundamental. Ela começa com o reconhecimento de que as mulheres, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, tanto histórica como atualmente, dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns, e estão mais comprometidas com sua defesa. (FEDERICI, 2011, pág. 256)

O avanço sobre novas formas de exploração, como demonstrado pela incursão sobre a subjetividade, de forma a expandir a mais valia relativa pela nova conformação não só dos corpos, como também da psique, demonstra um movimento do capital encontrando novas formas de acumulação. Entretanto,

a acumulação capitalista é estruturalmente dependente da apropriação gratuita daquelas imensas áreas de trabalho que devem aparecer como externalidades ao mercado, como o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres realizam e ao qual os capitalistas confiaram a reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2011, pág. 252)

fazendo com que a incursão sobre áreas ainda não mercantilizadas seja fundamentalmente uma violência contra os modos de trabalho femininos na esfera reprodutiva.

Mais que isso, ao encontrar o que chama de novos cercamentos, afirma que o capital tem encontrado meios de subordinar toda forma de vida e o conhecimento à lógica do capital. Assim, pelo que observamos anteriormente sobre as condições do trabalho reprodutivo em promover a formação de novos seres e socializa-los, em paralelo com a reprodução da força de trabalho, podemos entender que a captura da subjetividade pela individualização e a competitividade são antônimos claros à função do trabalho feminino na divisão sexual do trabalho. O desenvolvimento de um coloca contornos cada vez mais nítidos sobre o outro.

Pode-se concluir que o comum não só existe, como é fundamental para o capitalismo. A contínua acumulação demanda que hajam unidades do comum em diversas regiões do globo, e em unidades menores, correspondentes às famílias, em todo núcleo formador de mão de obra. Sem isso, inexistente a mercadoria fundamental do capitalismo. Assim, a identificação dos marcadores sociais não permite apenas acompanhar os modelos de competitividade históricos determinado entre os membros da classe trabalhadora, mas também analisar com mais acurácia o que significa trabalho.

Frente a nova conjuntura, podemos observar dois caminhos. Um que exacerba a individualidade e, portanto, a competitividade intraclasse, destruindo o conceito de trabalho, substituído por estratégias comunicacionais e a fluidez das relações. Outro, que sempre existiu mas emerge da desimportância, que unifica o indivíduo e o coletivo, reconhecendo que existem diferentes formas de trabalho, e que uma ampliação desse conceito permite abarcar a reprodução, forma de trabalho cujo potencial disruptivo é extremamente alto, tendo em vista sua natureza.

Parece que a tarefa que se coloca aqui é uma busca por equilibrar a dicotomia entre coletivo e sujeito, entre necessidade e liberdade e, por fim, produção e reprodução, de forma a reforçar o segundo caminho e fazer frente aos perigos da nova razão global. Ao submeter as necessidades da categoria social mulher às necessidades da classe, sob o pretexto de submeter anseios individuais ao coletivo, o que se realiza, na prática, é a submissão do social ao econômico. Incorre-se, assim, e um economicismo mecânico, na supremacia da necessidade engolindo a liberdade e, portanto, cego à inflexões específicas internas às classes. Como argumenta Kergoat:

(...) raciocinar em termos de relações sociais não significa descartar a subjetividade, ou considerar que os grupos e os indivíduos são heterônomos: o fato de que há dominação não elimina o poder de agir individual e coletivo. (KERGOAT, 2016, pág. 25).

Por fim, ao que parece, se extrai da necessidade três eixos. Primeiramente, uma compreensão mais profunda sobre a condição da mulher na sociedade permite notar que o trabalho que realiza, muitas vezes ainda não inteiramente mercantilizado, serve como ilhas de resistência contra a dissolução social promovida pelo capital. A garantia de proteção à sua condição, mais que sua inserção forçada no sistema, como o faz o neoliberalismo no avanço sobre a indústria de serviços, é fundamental para a luta contra o capital, como ele se nos mostra atualmente. Essa radicalização só pode acontecer quando a inserção no espaço público de novos sujeitos políticos não se dê a partir de sua hegemonização sob condição de sujeitas ao direito, mas compreendendo suas especificidades históricas.

Em segundo, e extraída diretamente da primeira, se faz relevante a ampliação do conceito de trabalho, de forma a abarcar suas formas não imediatamente produtivas. Para além de ser fator fundamental para a compreensão não alienada do ser humano em sua interpelação com a natureza e produção de cultura, é foco fundamental de combate às formas de apropriação da reprodução social que colocam em cheque os potenciais emancipadores das colocações dos trabalhos que, marginais ao capitalismo, nos são essenciais.

Por fim, enquanto agenda de estudos que essa noção parece trazer, podemos trazer a compreensão de que a massificação de lutas contra a mercantilização da vida, quer seja a luta por reconhecimento de identidades, transportes, quer seja por moradia, podem ser compreendidas como uma janela que permita a ampliação do olhar sobre os sujeitos trabalhadores e, conseqüentemente, na materialidade, sobre o que se considera trabalho.

Essas lutas, compostas por sujeitos diversos na divisão social do trabalho, podem ser entendidas como uma expressão de busca por autonomia reprodutiva, pela exaltação de formas de organização pautadas em trabalho não reduzido à mercadoria, cujo cerne reivindicatório em torno da reprodução social são da maior importância para nossos eixos de resistência contra o desmantelamento da importância do trabalho enquanto categoria teórica e política, contra o individualismo e contra o esgarçamento violento do tecido social.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi (org). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

DARTOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 1981.

FEDERICI, Silvia. *Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle*. 1 ed. New York: PM Press/Common Notions/Autonomeia, 2012.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. Termo In: HIRATA, LOMBARDI, PAIVA ABREU. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016, páginas 17-26.

PASHUKANIS, Evgeni. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo: e ensaios escolhidos 1921-1929*. 1ª ed. São Paulo: Sunderman, 2016.

FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada. 1971

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. Rio de Janeiro. Editora Boitempo, 2014.

HARTMANN, Heidi L.. *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more progressive union*. Review a journal of the Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations. Disponível em: <https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MARX, Karl. *O Capital*, I. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. 3ª ed. [S.L.: s.n.], 2013.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.